



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

JPRD Nº2/2023/DOINFRA/DDRI/IFSULDEMINAS

JUSTIFICATIVA PARA RDC

OBJETO: PSCIP do Campus Avançado Carmo de Minas/IFSULDEMINAS, com área aproximada de 6.091,31 m².

Segundo o CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prevenção contra incêndio e pânico são as ações e medidas que orientam as pessoas e diminuem a ocorrência de um princípio de incêndio e pânico. Estabelece também o comportamento que devemos adotar na emergência.

O princípio de incêndio é o período inicial da queima de materiais, compostos químicos ou equipamentos, enquanto o incêndio é incipiente, este deve ser combatido com unidades extintoras. Quando não é possível ser controlado, temos um incêndio, sendo necessário ser combatido por meio de jatos de água e ou outros meios até sua extinção total. Existe, portanto, todo um processo de segurança que, parte desde o treinamento das pessoas e a instalação de equipamentos e sistemas que possam combater de maneira eficaz, qualquer manifestação que caminhe para incêndio e pânico. Conforme lei estadual e federal, todas as edificações públicas ou privadas comerciais, industriais, de prestação de serviços e prédios de apartamentos residenciais, independente da sua data de construção, tem obrigatoriedade de possuir o sistema de segurança contra incêndio e pânico aprovado em análise técnica e liberado em vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros, que atesta a funcionalidade do sistema na edificação. Sujeita ainda os responsáveis pelas edificações a responsabilidade civil e penal e ainda as edificações (ou seus gestores), de uma simples multa até a interdição total ao uso a que se destina. Além disso, colocar em risco o imóvel e a vida dos ocupantes é um fator ainda mais agravante! Desse modo, um projeto de combate a incêndio e pânico é necessário tanto para comprovar a regularização frente ao Corpo de Bombeiros como para resguardar vidas e patrimônios em situações de descontrole do fogo.

Total do objeto nesta fase igual a 6.091,31 m² de obras a serem trabalhadas no Campus Avançado Três Corações/IFSULDEMINAS.

Optamos pela utilização da modalidade licitatória RDC devido ao fato das diversas vantagens trazidas pelo RDC (ou que este deve trazer), se comparadas às modalidades da Lei 8.666/93, as quais podemos destacar:

- Economia e a Agilidade/Celeridade dos processos, sendo que ambas estão intimamente ligadas, portanto, nosso processo será mais econômico e menos dispendioso pela maior eficiência e consumir menos recursos, inclusive de tempo. Na prática poderemos realizar com o RDC uma diminuição entre a sessão de abertura da licitação e a assinatura do contrato em pelo menos 50% e, em alguns casos, imaginamos conseguir uma redução ainda maior;
- Redução de custos para a condução dos processos de licitação;
- Redução de envolvimento de recursos humanos com o uso dos procedimentos auxiliares;
- Redução dos custos de processos presenciais com a utilização de processo eletrônico;
- Redução ainda maior de etapas se optarmos por utilizar a contratação integrada;
- Redução do tempo de processamento com a inversão das fases e a avaliação de habilitação somente do(s) melhor (es) colocado(s) e fase única recursal;

- Economia na execução de obras;
- Redução de aditivos contratuais onerosos, vedados na contratação integrada e que só são admissíveis para alteração de projetos por solicitação da administração pública;
- Compartilhamento dos riscos com as empresas contratadas, posto que as mesmas não podem imputar responsabilidades como falhas de projeto a terceiros (na contratação integrada);
- Coibição da formação de cartéis e “combinação” de preços com o uso do orçamento sigiloso se assim optarmos;
- Celeridade e eficiência na execução das obras – uma vez que as mesmas são executadas pela mesma equipe autora do projeto, portanto, com um planejamento integrado entre obra e projeto (na contratação integrada).

Importante ainda destacar de maneira especial que podemos utilizar o critério de menor dispêndio, menor preço ou maior desconto. No primeiro caso, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no edital, será declarada vencedora a proposta que ofertar o menor valor, desde que não seja inexequível, o que resultará na maior vantajosidade.

O critério de Menor Preço é o critério preferencial estabelecido pela Lei Federal 12.462. Permite que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, sejam considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis.

A lei prevê um critério adicional de “**maior desconto**”, que julga as propostas de acordo com o maior percentual de desconto oferecido sobre o preço fixado, sendo que esse deve incidir linearmente sobre todos os custos unitários. Com isto eliminamos definitivamente o jogo de planilha. Esse critério somente a se aplica a licitações com orçamento estimado não oculto.

O RDC foi instituído pela Lei nº 12.462, de 2011, com o escopo de conferir agilidade e eficácia às contratações relacionadas à infraestrutura para os eventos que o Brasil teria que organizar nos anos seguintes à lei, a exemplo das Olimpíadas de 2016. Posteriormente tal regime de contratação foi estendido às ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, mais recentemente, foi aplicado às contratações para a realização de obras e serviços de engenharia relacionadas aos sistemas públicos de ensino, por força da Lei nº 12.722, de 2012.

Esperamos com nossa escolha possibilitar a construção de obras que atendam nossas unidades de ensino com maior rapidez e no caso específico, na implantação deste Programa de Segurança de Combate a Incêndio e Pânico do Campus Avançado Carmo de Minas/IFSULDEMINAS, certamente trará segurança a pessoas e ao patrimônio público e ainda beneficiará milhares de alunos e cidadãos de nossa área de atuação daquela localidade, possibilitando a continuação de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Pouso Alegre/MG, 12 de setembro de 2.023.

Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

CREA MG 29.949/D e SIAPE 2056557

Diretor de Obras e Infraestrutura

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Roberto de Oliveira, DIRETOR(A) - CD4 - IFSULDEMINAS - DOINFRA**, em 12/09/2023 12:55:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 388496

Código de Autenticação: 108ee42141



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais